

O INVENTÁRIO DA REALIDADE NA ESCOLA QUINZE DE NOVEMBRO: UMA FERRAMENTA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Adriana Peixoto C. da Silva¹
Anderon Melhor Miranda²
Kleber Peixoto de Souza³
Leila Damiana A. dos S. Souza⁴

Resumo:

A Educação do Campo fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas, por meio de um currículo apoiado no modo de vida dos sujeitos do campo e da cultura da comunidade. As experiências relatadas estão relacionadas ao Projeto de Extensão Formação Docente e Educação do Campo vinculado às ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), especificamente ao Subprojeto da Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como parte da elaboração do inventário da realidade na Escola Quinze de Novembro, localizada no distrito de Jaíba, Feira de Santana, Bahia, e que subsidia a construção de uma proposta pedagógica de afirmação identitária. Os dados foram coletados no contexto da Pandemia do Covid-19 por meio de pesquisa bibliográfica, eventos e oficinas, no Google Meet e Youtube, e questionário via Google Formulários. A pesquisa permitiu conhecer aspectos históricos e culturais, e os impactos relacionados ao crescente número de condomínios no distrito, evidenciando conflitos quanto ao reconhecimento do local de vida dos estudantes. As discussões coletivas oportunizaram analisar as consequências do processo de urbanização dos territórios campestres na educação, fomentando a busca por estratégias e fortalecendo o movimento de luta pela terra e Educação do Campo.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Territorialidade, Inventário, Urbanização, Currículo.

Introdução

Feira de Santana destaca-se entre os municípios da Bahia por ser um importante polo comercial e financeiro do interior, apresentando crescimento populacional e demanda exponencial por moradia. O programa governamental Minha Casa Minha Vida constitui-se um marco na urbanização do município avançando não apenas no espaço urbano como também pela área rural, e dessa forma provocando mudanças significativas na relação entre o campo e a cidade. Observa-se que em comunidades campestres, como, por exemplo, São Domingos de

¹ Docente SEduc/ Feira de Santana, Bahia, Brasil, adrianasilva@seduc.feiradesantana.ba.gov.br;

^{2*} Docente LEdoC/UFRB/PIBID, Feira de Santana, Bahia, Brasil, profanderon@ufrb.edu.br;

^{3*} Docente LEdoC/UFRB/PIBID, Feira de Santana, Bahia, Brasil, kleber.peixoto@ufrb.edu.br;

^{4*} Docente LEdoC/UFRB, Feira de Santana, Bahia, Brasil, leila.damiana@ufrb.edu.br.



Jaíba e São Roque (também no distrito de Jaíba) a presença de condomínios e loteamentos configura uma nova realidade, interferindo nas atividades agrícolas, na dinâmica de trabalho e nos serviços públicos. As escolas que antes atendiam a crianças e jovens das comunidades rurais passaram a receber um público oriundo de bairros próximos e moradores dos conjuntos do Minha Casa Minha Vida, expressando-se em novos elementos na escola e na comunidade.

Há algumas situações distintas nesse contexto, como a invisibilidade dos sujeitos do campo diante de um modelo educacional urbano. E embora a rede pública municipal de Feira de Santana tenha avançado desde 2011 na elaboração de uma proposta curricular para as escolas do campo, com momentos de formação de professores e publicação de documento norteador, a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo ainda está a cargo de cada escola, de forma que em muitas unidades de ensino prevalecem práticas pedagógicas reprodutoras da cultura urbana, desarticuladas dos conhecimentos relacionados a terra, a agricultura, aos saberes e a história própria de cada comunidade.

No que tange a Educação do Campo na Escola Quinze de Novembro, localizada no distrito de Jaíba, município de Feira de Santana, BA, é preciso promover um entrelace entre os saberes populares e o conhecimento científico, fomentando a aproximação dos estudantes a cultura local, e ao mesmo tempo tornando a escola seu espaço de vida dentro da comunidade, de forma que suas vivências e suas identidades sejam valorizadas. E frente a esta realidade caracterizada pelo descompasso entre a proposta curricular da escola e os princípios da Educação do Campo, ausência de formações de professores voltada às questões do campo, tensões pedagógicas a partir da transição para um novo modelo de ensino (cívico militar) e o propósito de contribuir para uma educação pública de qualidade, que se busca conhecer a escola, a comunidade, os estudantes e as relações estabelecidas entre si.

O Projeto de Extensão Formação Docente e Educação do Campo, imbricado às ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), especificamente ao Subprojeto da Licenciatura em Educação, do Campo do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) possui atuação na Escola Quinze de Novembro, e mobiliza estudos acerca da comunidade e da contextualização das atividades pedagógicas de acordo com os princípios da Educação do Campo. O referido projeto busca proporcionar aos licenciandos oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de

caráter inovador e interdisciplinar, na perspectiva do campo, buscando superar os problemas identificados no processo de ensino aprendizagem.

Como a Educação do Campo tem dentre seus princípios as lutas sociais e a consolidação das sociedades camponesas nos seus espaços, as atividades aqui relatadas podem oferecer importantes perspectivas para o fortalecimento dos debates sobre o currículo escolar, vinculando-se ao eixo temático “Movimento de luta pela terra e Educação do Campo”, do III Congresso Internacional & V Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação. Sobretudo, pelo fato das experiências acontecerem no contexto da Pandemia do Covid-19, conseqüentemente, pela busca de alternativas para enfrentar as dificuldades impostas pela grave crise sanitária.

Assim, o objetivo das atividades realizadas foi levantar informações acerca do local e do modo de vida dos estudantes da Escola Quinze de Novembro, dos elementos presentes no território camponês, bem como a relação dos estudantes com a produção agrícola. Essas e outras informações passaram a compor o Inventário da Realidade que vem subsidiando a construção das ações pedagógicas na referida escola e na comunidade. Trata-se de uma ação totalmente ancorada nos princípios da Educação do Campo. Portanto, fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas desenvolvidas na educação escolar, por meio de um currículo apoiado no modo de vida dos estudantes, ou seja, dos sujeitos do campo e da cultura da comunidade em que estão inseridos, ou seja, do seu território. Então, não basta que a escola do campo esteja localizada no espaço rural. É preciso que o trabalho pedagógico esteja vinculado aos saberes e fazeres dos sujeitos do campo, valorizando seu trabalho, sua história, seus conhecimentos, contribuindo assim para a autoafirmação da identidade camponesa.

O Inventário da Realidade e a construção de uma proposta pedagógica de afirmação identitária

No âmbito legal as propostas pedagógicas das escolas do campo devem respeitar as diferenças e o direito à igualdade, contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2012, p.1). Para tanto, admite-se a importância da participação dos próprios sujeitos do campo. Ou seja, a Educação do Campo sustenta-se nos movimentos de luta e de resistência, pressupondo não apenas reivindicar pelo acesso, permanência e direito a uma educação de qualidade, mas contudo influenciar nas ações e propostas dessa educação.



Neste contexto, Caldart (2004, p. 12) destaca que é preciso: [...] pensar a Educação do Campo como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestando desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (políticas e pedagógicas) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico (CALDART, 2004, p. 12).

Considerando uma proposta pedagógica que valoriza a identidade camponesa e a diversidade do campo, mediante a participação da comunidade, devem ser contemplados projetos pedagógicos direcionados para o desenvolvimento local, metodologias adequadas às necessidades dos estudantes, bem como formação dos professores, conforme dispõe o decreto nº 7.352 em seu artigo 2º (BRASIL, 2012, p.1).

Na sua essência, a Educação do Campo remete ao protagonismo dos sujeitos camponeses. “Não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses” (CALDART, 2009, p.41). Um outro traço demarcatório da Educação do Campo é seu caráter emancipatório, e que no contexto do currículo escolar implica em possibilitar ao estudante conhecer sobre os processos de resistência dos povos camponeses, rompendo a histórica visão de inferioridade, e fomentando a formação da autonomia, da crítica e da consciência. “As lutas sociais são enfrentamentos organizados, portanto coletivos, de determinadas situações sociais, na defesa de interesses também coletivos, feitos, de forma massiva, pelas próprias pessoas envolvidas na situação” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 548).

Na concepção de uma educação relacionada à vida dos sujeitos envolvidos e que contempla as suas reais necessidades, considera-se relevante compreender e conhecer a escola e seu entorno, considerando suas especificidades, as relações sociais e com a natureza e os desafios enfrentados na articulação entre o currículo e a realidade. Várias são as complexidades que envolve as relações entre o campo e a cidade e, em meio a essas complexidades que os estudantes camponeses vivenciam os processos inerentes às suas identidades. Assim, os processos identitários e culturais requerem também pensar as transformações desses espaços. Desta forma, o Inventário da Realidade apresenta-se como uma “uma ferramenta para levantamento e registro organizado de aspectos materiais ou imateriais de uma determinada



realidade” (CALDART et al., 2016, p. 1). Possui caráter diagnóstico, podendo ser social, histórico, cultural e\ou ambiental; e realizado de forma dinâmica, participativa e cumulativa. Para a SEEDF (2019, p.33), o Inventário da Realidade deverá alimentar de informações o processo de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas, bem como nortear a organização do trabalho pedagógico.

O Inventário da Realidade “consiste em [um] diagnóstico etnográfico preciso e detalhado da realidade na qual estão situadas as escolas e sua construção” (HAMMEL, FARIAS e SAPELLI, 2015, p.74), podendo a produção de dados ocorrer a partir de observação, entrevistas com estudantes, familiares e líderes comunitários, registros fotográficos e de vídeo, aplicação de questionário, produção de mapas, caderno de receitas, diário de bordo, herbário das plantas da região, entre outras ferramentas.

Caldart et al. (2016) organizaram um guia metodológico para elaboração do Inventário da Realidade nas escolas do campo, elencando questões pertinentes para se conhecer os recursos naturais da comunidade, as famílias e suas rotinas, os sistemas produtivos e formas de trabalho, as lutas sociais, e a escola. E numa fase de aprofundamento da pesquisa de campo propõe ainda o estudo das relações ecológicas, econômicas, políticas e socioculturais da comunidade. Este documento visa portanto levantar informações e utilizá-las para:

- Identificar possibilidades de relação da escola com o trabalho socialmente produtivo, para discussão com a comunidade e possível inclusão no planejamento pedagógico;
- Levantar informações para estudos sobre agroecologia e agricultura na relação com o trabalho, considerando a possibilidade real de ligação das escolas do campo com atividades de produção agrícola de base agroecológica, e a necessidade de refletir sobre a realidade da agricultura hoje e suas mudanças no tempo e no espaço;
- Verificar porções da realidade inventariada que possam ser ligadas ao estudo dos conteúdos de ensino das diferentes áreas;
- Identificar conteúdos a serem incluídos no plano de estudos em vista da compreensão de questões relevantes da realidade atual;
- Levantar possibilidades de pesquisas ou visitas de campo com os estudantes para aprofundar o estudo científico de determinadas questões da realidade na relação com os conteúdos de ensino (CALDART et al., 2016, p. 2).

Por outro lado, além de organizar dados, o Inventário da Realidade contempla também a disponibilidade das informações levantadas para a comunidade, conforme seus objetivos e necessidades, mantendo assim uma ligação entre a escola e a vida social, que favorecerá a atualização de informações e o trabalho cumulativo de inventariar a realidade local.

Sendo o processo de construção do Inventário da Realidade dinâmico, contínuo e

cumulativo, admitimos a necessidade de constante atualização, modificação e revisitação ao documento, conforme observa-se mudanças no tempo e espaço da comunidade.

Traçando os caminhos de construção do Inventário da Realidade

O trabalho de pesquisa foi realizado entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021. Diante do contexto pandêmico, chegamos as informações por meio de pesquisa bibliográfica, reuniões na plataforma Google Meet e questionário aplicado via Google Formulários.

Para fundamentar as construções teóricas e conceituais utilizamos os estudos de Roseli Caldart (2016), Arroyo (2004) e material da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2019). A partir da pesquisa bibliográfica chegamos aos dados sobre o distrito de Jaíba. Já as informações da escola foram coletadas por meio de questionário aplicado ao gestor da unidade escolar.

Uma roda de conversa intitulada “Saberes e Sabores da Docência: Trilhas da Educação do Campo na Escola Quinze de Novembro”, foi realizada, via plataforma de reuniões virtuais Google Meet, com a participação de mulheres da comunidade, que são agricultoras familiares e militantes da Educação do Campo. Essas são mães de estudantes da escola, residentes no distrito de Jaíba e com atuação na Escola Quinze de Novembro como membros do Conselho Escolar.

Realizou-se também uma roda dialógica e interativa sobre as causas e consequências do processo de urbanização no território campestre, destacando os reflexos na educação básica do campo e nas vivências das comunidades, dentre elas os impactos na produção agrícola e na necessidade de fortalecimento de práticas agroecológicas.

O evento ocorreu via plataforma de reuniões virtuais Google Meet, simultaneamente transmitida via Youtube. Incluiu momento de apresentação cultural, explanação sobre o tema “Urbanização no território campestre: causas e consequências”. A discussão contextualizada do tema teve como participantes representantes de uma comunidade ribeirinha que vêm passando pela urbanização. A interação entre os expositores e diversos convidados permitiram demarcar a forma com que a urbanização precária por um lado não atende as necessidades dos campestres e, por outro, enfraquece o pertencimento com o campo e, conseqüentemente, as práticas agrícolas. Não poderíamos deixar de fora o papel das escolas do campo frente a essa urbanização mórbida. Então, as reflexões apontaram algumas possibilidades de ação para as



escolas do campo que compõem o Projeto de Extensão Formação Docente e Educação do Campo, dentre eles a realização do Inventário da Realidade nessas escolas e comunidades.

Como desdobramento dessas ações, realizamos com os estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, turmas A e B, uma oficina intitulada “Sou do campo ou da Cidade?”. Nesse encontro, realizado via plataforma de reuniões virtuais Google Meet, foi criada uma nuvem de palavras interativa, por meio do site *Mentimeter*. Pedimos que os estudantes digitassem palavras que os relacionassem como sujeitos do campo ou da cidade, bem como palavras que caracterizam o local onde vivem.

Na atividade denominada “Busca por objetos”, os estudantes foram desafiados a encontrar objetos que os representam ou remetesse à sua comunidade. Também um poema intitulado “Meu Quintal” foi recitado. Por fim, os estudantes foram convidados a observar um lugar da sua comunidade ou da sua casa, por exemplo, o quintal, o jardim da sua casa, o condomínio onde mora, as plantações, os animais e tudo que compõe esse ambiente. A partir da observação eles teriam que elaborar um desenho. Os estudantes também responderam ao questionário via Google Formulário sobre o local onde vivem.

Os dados coletados foram analisados e passaram a compor o Inventário da Realidade, ao mesmo tempo que são aplicados no planejamento de ações a serem desenvolvidas com os estudantes da educação básica. Segundo Caldart (2016, p.1), o Inventário da Realidade é uma ferramenta para levantamento e registro organizado de aspectos materiais ou imateriais do que existem no entorno da escola do campo, bem como das histórias pessoais dos indivíduos. Portanto, pode ser social, histórico, cultural e\ou ambiental; sendo realizado de forma dinâmica, participativa e cumulativa.

Em virtude das especificidades das atividades remotas na escola, por consequência do isolamento social, o Inventário encontra-se em processo de elaboração. Importante ainda destacar que essa variedade de estratégias metodológicas permitiram a produção de diferentes representações sociais sobre si mesmos e sobre os locais onde residem os estudantes. Quanto intencionamos inventariar os contextos que os indivíduos se inserem, bem como a percepção de si nesses contextos, abrimos possibilidade para afirmação identitária desses camponeses.

Como pensar a Educação do Campo é pensar os sujeitos e seus espaços de vivência, a educação camponesa ganha aderência quando são entendidas como: “todo processo educacional intencional, que tem como ponto de partida as pessoas, os coletivos humanos e as relações interculturais que eles estabelecem entre si e com o mundo em que vivem. Nasce do

reconhecimento das histórias de vida, das culturas e das identidades das pessoas” (PADILHA, 2011, p. 49).

Reconhecer-se como parte de um contexto de contradição, onde as políticas públicas teimam em não chegar ou chegam de forma tímida, tem nos permitido inserir um debate eficaz sobre os alcances de uma produção agroecológica que, simultaneamente gera renda devida a facilidade de comercialização e o sentimento de estarem realizando uma produção ética e ecologicamente corretas.

A materialização dos dados e registros na ação pedagógica

A ação investigativa tornou possível conhecermos a história local, festejos tradicionais, o que existe no entorno da escola e os impactos relacionados ao processo de urbanização que avança no distrito.

Sobre a unidade escolar revelou-se a participação da comunidade escolar na tomada de decisões; a presença de funcionários residentes no distrito; a existência de docentes que trabalham na escola há mais de 20 anos e que possuem conhecimento sobre a comunidade e as mudanças ocorridas. Ficou claro também que a proposta pedagógica não contempla a Educação do Campo, mas há interesse na incorporação de tais princípios no seu Projeto Político Pedagógico.

O evento “Urbanização no território campesino: causas e consequências” criou um espaço de discussão e reflexão sobre o processo de urbanização dos territórios campesinos, oportunizando aos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, e representantes da comunidade escolar, um momento de estudo sobre as causas da expansão do urbano e análise das consequências desse processo na educação básica do campo, bem como nas vivências das comunidades como, por exemplo, nas atividades agrícolas e nas identidades campesinas. Dentre os questionamentos dos participantes destacamos: Quais os impactos da urbanização do território rural nas escolas do campo? Quais alternativas as comunidades podem buscar para enfrentar a urbanização? E para evitar que a urbanização chegue a ocorrer no espaço rural, o que pode ser feito? O que fazer para reduzir os impactos da urbanização nas escolas do campo? Tais questões ao serem abordadas alertam para a descaracterização do espaço rural em muitas comunidades rurais do município de Feira de Santana, além de evidenciar os desafios para as

comunidades tradicionais e para os jovens camponeses dos movimentos de luta pela terra, sobretudo desafios relacionados ao trabalho, a um modo de produção sustentado na agroecologia e pela defesa das escolas do campo.

Dentre os resultados alcançados destacamos também a percepção de algumas discentes sobre a importância das ações desenvolvidas. Para a discente integrante do PIBID/CETENS, Sara Barbosa, “os resultados alcançados possibilitaram o fortalecimento da identidade dos jovens camponeses. Fazendo com que se sintam corajosos para lutarem pelos seus direitos, colocando em prática sua própria autonomia para seguir lutando em favor de sua comunidade”.

Outra integrante do PIBID, Thaís Oliveira da Paz, fala do aprendizado que essas atividades vêm proporcionando: “O evento foi bastante produtivo, de muito aprendizado. O debate foi feito com bastante clareza fortalecendo nossos conhecimentos sobre a luta do camponês pela terra e pelos seus direitos como cidadão, bem como sobre o êxodo rural da juventude camponesa”. Ainda sobre a influência da urbanização do campo na vida dos sujeitos camponeses, a discente Beatriz Santos declarou que “urbanizar o campo é tornar um povo órfão em sua própria terra, já que tudo que remete sua ancestralidade, suas raízes são perdidas. Retira do camponês seus bens mais preciosos: sua história, suas lembranças, suas atividades e sua fonte primária de geração de emprego e renda, a terra”.

Já sobre a relação com os estudantes da educação básica, as atividades realizadas revelam o conflito que existe quanto ao reconhecimento do local em que vivem, pois, o espaço rural tem passado por modificações devido a especulação imobiliária e construção dos condomínios. O questionário aplicado aos estudantes revelou que 59,6% consideram morar no campo; 31,3% residem em condomínios criados dentro do espaço rural e 9,1% consideram que são residentes na cidade. Mesmo a maioria dos estudantes residindo em propriedade rural, a Escola Quinze de Novembro, localizada no campo, não possui uma proposta pedagógica que contemple os princípios da Educação do Campo.

Mediante essa constatação, bem como pelo fato do distrito de Jaíba está se tornado um espaço de ocupação urbana, com o surgimento de condomínios e loteamentos, a identidade campesina precisa ser fortalecida. Para tanto, esperamos que nossa contribuição com a elaboração do Inventário da Realidade possa orientar a construção de uma proposta pedagógica de afirmação identitária dos sujeitos do campo, bem como estabelecer uma relação mais direta das práticas pedagógicas com a perspectiva agroecológica.

Considerações finais

Por se sustentar no movimento de interação entre a Universidade Pública e escolas básicas do campo, o Projeto de Extensão vinculado ao PIBID/CETENS, se guia também pelo propósito de inserir os (as) discentes do curso de Licenciatura de Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, no cotidiano da escola, proporcionando-lhes oportunidade de criação e participação das vivências pedagógicas e indiretamente mobilizando estudos, reflexões, debates e iniciativas acerca da necessidade de conhecer o perfil do estudante, o perfil da comunidade, para então guiar a contextualização do trabalho pedagógico. Ou seja, simultaneamente espera-se colaborar para a formação de discentes, para formação de professores da educação básica, de estudantes das escolas do campo e da nossa própria formação, tendo como eixo orientadores das ações as práticas pedagógicas numa perspectiva emancipadora que atente para a formação identitária dos camponeses, bem como do seu espaço de produção social da vida: o campo e as práticas agroecológicas.

Referências:

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília. DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 02 jun. 2021.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; FERNANDES, Bernardo Mançano. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. DECRETO No 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010 que Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da União, Ano CXLVII No - 212. Brasília. DF. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=05/11/2010>. Acesso em 02 jun. 2021.

CALDART, Roseli Salete. EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 02 jun. 2021.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete (org.). *Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo*. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2016.

PADILHA, Paulo Roberto (org). FAVARÃO, Maria José, MARINE, Luiz. MORRIS, Erick. Educação para Cidadania Planetária: Currículo Interdisciplinar em Osasco. São Paulo. Ed, L, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL(SEEDF). *Diretrizes pedagógicas da educação básica do campo para a rede pública de ensino do Distrito Federal*. Brasília: SEEDF, 2019. 96p. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Diretrizes-Ed-do-Campo-SEEDF.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

HAMMEL, A. C.; FARIAS, M. I.; SAPELLI, M. L. S. Complexos de Estudo – do inventário ao Plano de Estudos. In: SAPELLI, M. L. S. FREITAS, L. C.; CALDART, R. (Org.). Caminhos para transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 67-96.